

## **PROJETO DE LEI Nº 24/2011**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento do prontuário de atendimento médico na forma que menciona, e dá outras providências.*

O povo do Município de Itaúna, por seus representantes, decreta e eu Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** Ficam as Unidades de Saúde, Públicas e Privadas, sediadas no âmbito do Município de Itaúna MG, obrigadas a fornecerem a todos os pacientes, cópias do seu prontuário no ato de comunicação de alta.

§ 1º A cópia do prontuário médico a que se refere a presente norma deverá conter todos os medicamentos destinados ao paciente, bem como a informação precisa de todos os procedimentos que o mesmo foi submetidos.

§ 2º O prontuário de atendimento médico deverá ser fornecido pela Unidade de Saúde, ao profissional médico no ato da comunicação de alta, que repassará ao paciente, familiar ou responsável, mediante recibo.

**Art. 2º** Fica expressamente proibida a liberação do paciente, sem que o mesmo receba o seu prontuário médico, sob pena de negligência.

**Art. 3º** Fica expressamente proibida a cobrança de qualquer quantia para a emissão de cópia do prontuário de atendimento médico.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, definindo as sanções cabíveis no caso de seu descumprimento.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, 23 de fevereiro de 2011

**Delmo Gonçalves Barbosa**  
Vereador

## **JUSTIFICATIVA**

Esta proposição dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento do prontuário de atendimento médico no ato de comunicação da alta.

A proposição visa oferecer aos pacientes facilidades na obtenção de informações acerca de tudo a que foram submetidos durante o período em que permaneceram sob cuidados médicos. Os procedimentos adotados desde o período inicial de internação até a autorização de alta.

Certamente, a vigorar a presente proposição, aumentará a responsabilidade do profissional no trato com o paciente, ao passo que, resguardará também, os próprios profissionais e as unidades médicas.

Com vistas a corroborar nossa justificativa, observa-se que, um paciente que deixa uma unidade hospitalar, após a comunicação de alta e que passa, em seguida, por um mal súbito, e pelas circunstâncias é atendido em outra unidade médica, e recebe cuidados de outros profissionais do segmento, torna-se imprescindível, neste caso, que tenham conhecimento dos medicamentos a ele destinados anteriormente. Podemos comprovar que, no momento em que há dificuldade em obter as devidas informações, o paciente fica exposto a toda sorte. A ausência desta informação pode causar dano irreparável ou de incerta reparação.

Pelo exposto, conto com o apoio dos meus colegas para a aprovação desta Lei.

**Delmo Gonçalves Barbosa**  
Vereador

GVDGB(gamc)

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Tendo esta Comissão recebido em 02 de Março de 2011, por parte da Secretaria da Câmara Municipal de Itaúna, e tendo se nomeado para atuar como relator no **Projeto de Lei 24/2011**, que “*Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento do prontuário de atendimento médico na forma que menciona, e da outras providencias*”, de autoria do vereador Delmo Gonçalves Barbosa, passo a expor abaixo o seguinte relatório.

### **RELATÓRIO:**

O supramencionado Projeto de Lei não conflita com a ordem legal e constitucional, estando portanto apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

### **VOTO DO RELATOR:**

Sou por sua apreciação do Plenário desta Casa Legislativa

Sala das Comissões, 14 de Março de 2011

**Alex Artur da Silva**

*Relator*

Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão:

**Gleison Fernandes de Faria**

*Presidente*

**Márcio José Bernardes**

*Membro*

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**RELATÓRIO**

**Ao Projeto de Lei nº 24/2011**

**Gleison Fernandes de Faria**  
*Relator*

Tendo esta Comissão recebido em 14 de março de 2011, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, o **Projeto de Lei** registrado nesta Casa sob o nº **24/2011**, que “*Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento do prontuário de atendimento médico na forma que menciona e dá outras providências*”, de autoria do **Vereador Delmo Gonçalves Barbosa**, e tendo sido avocado para a relatoria deste projeto, entendo que o mesmo é do campo temático e da área de atividade desta Comissão, e que o Município não terá despesas com a referida proposta, não criando encargos para os cofres Público Municipal.

**VOTO DO RELATOR**

Assim, entende este relator que o supramencionado Projeto de Lei não fere as disposições legais e está devidamente instruído, estando apto a ser apreciado pelo plenário desta Casa.

Sala das Comissões, 21 de março de 2011.

**Gleison Fernandes de Faria**  
*Relator*

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**PARECER FINAL**

**Ao Projeto de Lei nº 24/2011**

Diante da análise, bem como, da emissão do parecer exarado pelo relator da Comissão, **vereador Gleison Fernandes de Faria**, ante ao **Projeto de Lei nº 24/2011**, que “*Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento do prontuário de atendimento médico na forma que menciona e dá outras providências*”, de autoria do **Vereador Delmo Gonçalves Barbosa**, entende-se que o projeto está devidamente instruído, sendo favoráveis à apreciação pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 21 de março de 2011

Acompanham o voto do relator.

**Alex Artur da Silva**  
*Presidente*

**Anselmo Fabiano Santos**  
*Membro*